



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.232, DE 2012

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que "Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências".

Autor: Deputado ALESSANDRO MOLON

Relator: Deputado LUCIANO CASTRO

I - RELATÓRIO

Em exame o projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado ALESSANDRO MOLON, que tem por objetivo alterar a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, acrescentando ao art. 12 como finalidade do CONPDEC "determinar o tempo mínimo de buscas a desaparecidos vítimas de desastres naturais, de acordo com as circunstâncias de cada caso".

O autor da proposição, em sua justificação, alega que o número de desastres naturais tem aumentado significativamente na última década, sobretudo pela ocorrência de chuvas fortes nas regiões Sul e Sudeste. A presente proposta, visa, assim, a aperfeiçoar lei aprovada recentemente no Congresso Nacional, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, dispondo sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC.

BD270EE543

BD270EE543



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O projeto foi inicialmente apreciado, quanto ao mérito, na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), que opinou pela aprovação da proposição na forma de um Substitutivo, que estabelece como finalidade do CONPDEC definir normas orientadoras das ações de resgate e salvamento, incluindo a constante do projeto original.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.232, de 2012, e da emenda aprovada na CINDRA, a teor do disposto no art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria em apreço é da competência legislativa privativa da União (art. 22, XXVIII, CF), cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a mesma, com a sanção do Presidente da República (art. 48, CF), sendo a iniciativa parlamentar legítima, em face da inexistência de iniciativa privativa de outro Poder.

A proposição e o Substitutivo da CINDRA obedecem aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna.

No que tange à juridicidade, tanto o projeto quanto o Substitutivo da CINDRA harmonizam-se com o ordenamento jurídico vigente, não havendo qualquer impedimento à aprovação integral de ambas.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer restrição ao texto empregado no projeto e no Substitutivo da CINDRA, estando ambos de acordo com as regras impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01. Contudo, de modo a aperfeiçoar a redação empregada do mencionado Substitutivo, oferecemos a subemenda de redação em anexo.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.232, de 2012; e do

BD270EE543

BD270EE543



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Substitutivo aprovado na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, com a subemenda de redação em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado LUCIANO CASTRO
Relator

BD270EE543

BD270EE543



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

**SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL,
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA AO PROJETO DE
LEI DE Nº 4.232/12**

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que "Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências".

SUBEMENDA DE REDAÇÃO Nº 1

Dê-se ao inciso VI do art. 12 da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, acrescentado pelo art. 1º do Substitutivo em epígrafe, a seguinte redação:

"Art. 12....."

VI – realizar estudos e pesquisas sobre ações de resgate e salvamento, incluindo-se o tempo mínimo para a busca de desaparecidos em situação de desastre". (NR)

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado LUCIANO CASTRO

BD270EE543

BD270EE543



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relator

BD270EE543
BD270EE543